

A participação das associações colegiadas na construção de uma escola que visa a promoção da gestão democrática participativa

Collegiate associations and their part in creating schools that promote participative democratic management

Doi:10.34117/bjdv8n5-146

Recebimento dos originais: 21/03/2022

Aceitação para publicação: 29/04/2022

Anderson Alves dos Santos Junior

Mestrando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná na linha de História e Políticas da Educação
Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Endereço: R. Imac. Conceição, 1155 - Prado Velho, Curitiba - PR, CEP: 80215-901
E-mail: junin1311@gmail.com

Keoma Yoshio de Paula Bordinhão

Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná na linha de História e Políticas da Educação
Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Endereço: R. Imac. Conceição, 1155 - Prado Velho, Curitiba - PR, CEP: 80215-901

Sirley Terezinha Filipak

Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)
Endereço: R. Imac. Conceição, 1155 - Prado Velho, Curitiba - PR, CEP: 80215-901

RESUMO

A gestão democrática é um termo utilizado desde o período da redemocratização brasileira, visto como um processo pelo qual traz para o seio do ambiente escolar a participação da comunidade promovendo assim uma construção coletiva no que tange as relações entre escola e comunidade em geral. Esse, no entanto, é um processo que envolve ações que permeiam as relações estabelecidas ao longo do cotidiano da escola. As medidas e os procedimentos adotados pelo colegiado da escola definirão a forma como concebe a gestão escolar da mesma. Esse trabalho tem como tema de estudo a participação das associações colegiadas na construção de uma escola que visa a promoção da gestão democrática participativa. Buscou responder a seguinte problemática: como se caracteriza os movimentos de diálogo e influência mútua entre as associações colegiadas e os gestores escolares no momento de construção coletiva de uma escola que visa a promoção da gestão democrática participativa? De abordagem qualitativa, apoiou-se na pesquisa bibliográfica e documental, para assim atingir ao objetivo geral: descrever os movimentos de diálogo e influência mútua entre as associações colegiadas e os gestores escolares no momento de construção coletiva da escola que visa a promoção de um gestão democrática participativa. No referencial teórico foram utilizados os seguintes autores e documentos: libâneo (2012); silva (2013); a constituição (1988); lei de diretrizes e bases da educação nacional (1996); e plano nacional da educação (2014).

Palavras-chave: associações escolares, participação, gestão democrática.

ABSTRACT

Democratic management is a term used since the Brazilian re-democratization period, seen as a process through which the community's participation is brought into the school environment, thus promoting a collective construction regarding the relationships between the school and the community in general. This, however, is a process that involves actions that permeate the relationships established throughout the school's daily life. The measures and procedures adopted by the school collegiate will define the way it conceives school management. This work has as its study theme the participation of collegiate associations in the construction of a school that aims at promoting participatory democratic management. It sought to answer the following problem: how do the movements of dialogue and mutual influence between the collegiate associations and school managers characterize the collective construction of a school that aims to promote participatory democratic management? The qualitative approach was based on bibliographic and documental research, in order to reach the general objective: to describe the movements of dialogue and mutual influence between the collegiate associations and the school managers at the moment of collective construction of the school that aims at the promotion of participative democratic management. In the theoretical framework the following authors and documents were used: libâneo (2012); silva (2013); the constitution (1988); law of guidelines and bases of national education (1996); and national education plan (2014).

Keywords: school associations, participation, democratic management.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo nasce mediante as dificuldades enfrentadas no ambiente da gestão escolar, quando a temática é voltada a participação das associações colegiadas no processo de tomadas de decisões, como também a sua relevância no que diz respeito à construção de uma escola que promova a gestão democrática participativa como modelo de organização e orientação.

Identificar e diagnosticar a atuação das associações escolares nesse espaço é imprescindível, pois para que haja um espaço que promova uma gestão democrática participativa é necessário primeiramente entender e definir quais são os papéis de atuação de cada associação escolar e quais serão suas contribuições nesse processo. A gestão democrática, além de ser uma medida que tem como proposta a interação de todos que compõem a rede escolar, sendo eles: pais, profissionais e toda comunidade; ela tem por objetivo a construção de uma sociedade mais ativa, participativa e democrática.

Mas, como podemos entender esse novo modelo de gestão? Será que ela pode ser caracterizada como uma nova forma de administração escolar? Ou uma nova maneira de organizar a hierarquia de uma escola? Para entendermos melhor o que se trata a gestão

democrática precisamos definir primeiramente o que ela vem a ser e quais os princípios defendidos por ela.

O modelo de gestão democrática participativa, no ambiente escolar, surge com a finalidade de ser um norteador de toda a reorganização da gestão escolar e possibilita uma nova cultura no que tange aos processos decisórios como também de processos operacionais.

Nessa busca pela formação de uma escola mais democrática como também formadora de uma cultura que zele pela democracia e liberdade de participação de seus participantes, o Plano Nacional da Educação tem como perspectiva tornar o espaço escolar em um ambiente propício a essa formação. Para que ocorra essa reorganização na gestão escolar o Plano Nacional estabelece algumas metas para a sua concretização e delineamento. Nesse mesmo viés, a meta 19 do Plano Nacional da Educação traz consigo 8 estratégias que poderão ser de base para a efetivação desse objetivo. Abordam áreas que compõem toda a organização escolar e conseqüentemente as funções esperadas para cada uma delas nesse contexto de gestão democrática participativa.

As estratégias trazem um olhar mais transparente a todo esse processo, requerendo a partir de sua prática a formação de uma sociedade que construa coletivamente uma educação de qualidade, uma sociedade autônoma, o fortalecimento de áreas de sociedade que lutem pela educação e a constante transformação social por meio da formação continuada dos educadores em geral.

Assim, para se obter uma cultura voltada a gestão democrática, se faz necessário várias rupturas com algumas práticas e conceitos antigos de gestão, como também a abertura para uma nova realidade que se apresenta como proposta a mudança e transformação.

Essas mudanças não ficam somente presas a questões de funcionamento e nem tão pouco a questões burocráticas, mas vão muito além, pois envolve toda a questão de operacionalização que gira em torno do dia a dia de uma escola, primando sempre por uma educação de qualidade.

Deste modo, a nova forma de organizar a gestão de uma escola seguindo os princípios da gestão democrática tem como resultado uma construção contínua e coletiva visando sempre o aperfeiçoamento e a qualificação de todos aqueles que estão inseridos de todas as formas possíveis nesse ambiente educativo.

O processo de gestão e seu papel administrativo em um contexto escolar é algo intrínseco a todos os processos operacionais nesse mesmo ambiente, sendo ele o principal

responsável pelas transformações que interferirá nos sujeitos participantes diretos e indiretos desse meio. Para tanto esse trabalho tem como proposta o estabelecimento da relação entre a meta 19 do Plano Nacional da Educação (PNE) e a difícil relação entre a teoria a prática no contexto do cotidiano escolar brasileiro.

O interesse pelo tema, surge da problemática proporcionada a partir da meta que é apresentada a todas as escolas públicas para a implantação até o ano de 2024, meta essa que visa à formação de uma gestão mais democrática participativa.

Foram escolhidas as associações escolares que contribuem na construção de uma gestão democrática e participativa, sendo: os Conselhos Escolares, o Grêmios Estudantil e as Associações de Pais e Mestre, por serem os principais meios de representação da comunidade que permeia os espaços escolares.

Compreender e caracterizar os procedimentos de participação e interação das associações colegiadas é um desafio, pois se tratando de uma diversidade de organizações e distintas formas de constituição de culturas organizacionais, pode-se identificar diversas formas de constituições e conceitos de participação.

Contudo, nessa busca por caracterizar os procedimentos utilizados nas escolas existe uma necessidade de se definir como se é entendido nos documentos e livros a participação dos órgãos colegiados em um contexto de escola que focaliza em uma gestão democrática participativa.

A partir dessa reflexão a respeito da gestão democrática participativa, essa pesquisa tem como objetivo responder a seguinte pergunta: como se caracteriza o movimento de diálogo e influência mútua entre as associações colegiadas e os gestores escolares no momento de construção coletiva de uma escola que visa a promoção da gestão democrática participativa?

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa analisou os movimentos de diálogo e influência mútua entre as associações colegiadas e os gestores escolares no momento de construção coletiva da escola que visam à promoção de uma gestão democrática participativa.

2 CONCEPÇÕES SOBRE GESTÃO ESCOLAR

As distintas formas de organizar e gerir uma escola bem como uma rede de ensino, nos possibilita identificar que a forma como é concebida a gestão escolar perpassa por questões de esfera política como também de âmbito social de um determinado contexto.

O exercício da gestão escolar é realizado pelo diretor da escola, e esse tem como função dentro da escola administrar desde questões burocráticas até recursos humanos, dependendo é claro, de cada realidade. Contudo, suas tarefas são voltadas a gestão, sendo ele (a) o responsável pela condução de todas as questões que permeiam a escola e a comunidade escolar.

Durante esse processo de organização e condução fica evidente, por meio de ações e medidas adotadas pelos diretores, a forma como cada um pensa sobre o seu papel frente a escola. Suas atividades, no entanto, devem impulsionar meios e procedimentos para alcançar seus objetivos, de modo que consiga cumprir com o desempenho da função do gestor, como pode-se observar no quadro elaborado a partir dos referenciais de Libâneo.

Em cada modelo de organização pode-se observar intrinsecamente a forma como as interações podem ser estabelecidas. De acordo com a estrutura estabelecida nascem junto a ela possibilidades e obstáculos de articulação entre a escola e as associações existentes.

No modelo técnico-científico a ênfase adotada é por uma organização centrada na figura do diretor. Sua configuração, no entanto, inclina-se para uma participação mínima. Em virtude a essa relação tem-se a necessidade da criar um ambiente no qual

[...] a promoção da participação deve ser orientada e se justifica na medida em que seja voltada para a realização de objetivos educacionais claros e determinados, relacionados à transformação da própria prática pedagógica da escola e de sua estrutura social, de maneira a se tornar mais efetiva na formação de seus alunos e na promoção de melhoria de seus níveis de aprendizagem. Estes aspectos constituem-se em objetivos maiores e indicadores da qualidade de ensino e efetividade das participações promovidas.

Já na concepção autogestionária a formatação de estrutura tem seu apoio numa responsabilidade participativa. Sua administração é focada nas decisões e ações realizadas pelo coletivo. Nessa estrutura organizacional é possível identificar a ação de todos os membros da instituição, nesse caso, todas as associações representativas têm sua participação efetiva junta a gestão da instituição.

A concepção *autogestionária* baseia-se na responsabilidade coletiva, na ausência de direção centralizada e na acentuação da participação direta e por igual de todos os membros da instituição. Tende a recusar o exercício de autoridade e as formas mais sistematizadas de organização e gestão. Na organização escolar, em contraposição aos elementos *instituídos* (normas, regulamentos, procedimentos já definidos), valoriza especialmente os elementos instituintes (capacidade do grupo de criar, instituir, suas próprias normas e procedimentos). (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 446)

A ausência de um poder centralizador e que incentive a participação de todos no cotidiano escolar, proporciona melhoria na qualidade da educação e no desempenho profissional de todos na escola.

Quadro 1: Concepções de organização e gestão escolar

Técnico-científica	Autogestionária	Interpretativa	Democrática-participativa
<p>Prescrição detalhada de funções e tarefas, acentuando a divisão técnica do trabalho escolar.</p> <p>Poder centralizado no diretor, destacando-se as relações de subordinação, em que uns têm mais autoridade do que outros.</p> <p>Ênfase na administração regulada (rígido sistema de normas e regras, procedimentos burocráticos de controle das atividades), descuidando-se, às vezes dos objetivos específicos da instituição escolar.</p> <p>Comunicação linear (de cima para baixo), baseada em normas e regras. Mais ênfase nas tarefas do que nas pessoas.</p>	<p>Vínculo das formas de gestão interna com as formas de autogestão social (poder coletivo na escola para preparar formas de autogestão no plano político).</p> <p>Decisões coletivas (assembleias, reuniões), eliminação de todas as formas de exercícios de autoridades e de poder.</p> <p>Ênfase na auto-organização de pessoas da instituição, por meio de eleições e de alternância no exercício de funções.</p> <p>Recusa a normas e sistemas de controles, acentuando a responsabilidade coletiva.</p> <p>Crença no poder instituinte da instituição e recusa de todo o poder instituído. O caráter instituinte dá-se pela prática da participação e da autogestão, modos pelos quais se contesta o poder instituído.</p> <p>Ênfase nas inter-relações, mais do que nas tarefas.</p>	<p>A escola é uma realidade social subjetivamente construída, não dada nem objetiva.</p> <p>Privilegia menos o ato de organizar e mais a “ação organizadora”, com valores e práticas compartilhadas.</p> <p>A ação organizadora valoriza muito as interpretações, os valores, as percepções e os significados subjetivos, destacando o caráter humano e preferindo o caráter formal, estrutural, normativo.</p>	<p>Definição explícita, por parte da equipe escolar, de objetivos sociopolíticos e pedagógicos da escola.</p> <p>Articulação da atividade de direção com a iniciativa e a participação das pessoas da escola e das que se relacionam com ela.</p> <p>Qualificação e competência profissional.</p> <p>Busca de objetividade no trato das questões da organização e da gestão mediante coleta de informações reais.</p> <p>Acompanhamento e avaliação sistemáticos com finalidade pedagógica: diagnóstico, acompanhamento dos trabalhos, reorientação de rumos e ações tomadas de decisões. Todos dirigem e são dirigidos, todos avaliam e são avaliados.</p> <p>Ênfase tanto nas tarefas quanto nas relações.</p>

Fonte: Libâneo (2012, p. 449): Educação Escolar: Políticas, Estruturas e Organização.

Na concepção interpretativa, o que é predominante é a prática de todos os participantes que compõem o espaço escolar. Sua primazia é a interação entre as pessoas, proporcionando uma organização mais ativa e menos rígida.

Considera como elemento prioritário na análise dos processos de organização e gestão os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas. Opondo-se fortemente à concepção científico-racional, por sua rigidez normativa e por considerar as organizações como realidades objetivas, o enfoque interpretativo vê as práticas organizativas como uma construção social baseada nas experiências subjetivas e nas interações sociais. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 446-447)

A abordagem democrática participativa tem sua base na interação e em uma estrutura que permita a relação mais próxima entre a gestão e os órgãos representativos dentro do espaço escolar. Seu enfoque principal está na constituição de uma escola mais democrática e participativa, empoderando assim, as associações que compõem o espaço escolar.

A concepção democrático-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões. Entretanto, advoga que, uma vez tomadas as decisões coletivamente, cada membro da equipe assume a sua parte no trabalho, admitindo a coordenação e a avaliação sistemática da operacionalização das deliberações. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p.447)

As diferentes concepções e abordagens administrativas possibilitam a escola a fundamentar sua prática cotidiana. Contudo, legalmente, a concepção de organização escolar pública brasileira é a Gestão Democrática Participativa.

Essa abordagem é a que se aplica ao contexto das escolas em esfera nacional, pois ela encontrasse com meta 19 no PNE correspondente aos anos de 2014 a 2024, para aplicação em todas as escolas públicas.

3 GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Constituição Federativa do Brasil, promulgada em 1988, após a reinstauração do sistema democrático-político, no seu artigo 206, inciso 6, apresenta como princípio de gestão escolar um modelo de organização no qual a prática democrática é tida como base e fundamento na sua constituição e exercício.

Posteriormente, em 1996 é sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) trazendo no art. 3.º, a proposta já defendida pela Constituição, de uma organização escolar mais participativa e abrangente, e essencialmente democrática. Contudo, para a construção de uma gestão escolar, que outrora era pautada no autoritarismo e na centralidade de poder, a transformação cultural se configura como uma grande desafio.

O desafio de estabelecer uma gestão democrática em qualquer ambiente é visto como uma barreira a ser superada, pois no momento de tomada de decisões podemos observar uma hierarquia rígida e constituída ao longo de vários anos.

No Plano Nacional da Educação, a meta 19 apresenta várias estratégias para a implementação da gestão democrática, e no Observatório Nacional (2014) é reforçado o que já fora comentado anteriormente em relação aos desafios:

Esta talvez seja a meta mais difícil de ser acompanhada por dados estatísticos. Embora a gestão democrática da Educação esteja amparada na legislação educacional (leia análise do Cenpec), sua efetivação em cada uma das redes públicas de ensino é ainda um imenso desafio para o País. (BRASIL, 2014).

Este processo de gestão escolar, com essas terminologias decretadas desde o ano de 1996 pela LDBEN, traz agora no Plano Nacional um desafio onde essa teoria terá que se tornar prática em toda a realidade das escolas até o ano de 2024, como estabelecido no Plano Nacional da Educação (2014-2024).

E com o desafio de estabelecer uma gestão democrática no ambiente escolar, o desafio se encontra na barreira onde a tomada de decisões se define e configura-se em muitos ambientes escolares como um modelo de gestão hierárquica e rígida constituída e construída ao longo de vários anos.

A gestão democrática além de ser uma medida que tem como proposta a interação de todos que compõem a rede escolar, pais, profissionais e toda comunidade, objetiva a promoção da democracia nesse ambiente de aprendizagem.

Mas, como podemos entender esse novo modelo de gestão? Será que ela pode ser caracterizada como uma nova forma de administração escolar? Ou uma nova maneira de organizar a hierarquia de uma escola? Para entendermos melhor o que trata a gestão democrática precisamos definir primeiramente o que ela vem a ser e quais os princípios defendidos por ela.

Segundo Silva (2013, p. 61), a gestão democrática se caracteriza como:

Trata-se de uma maneira de organizar o funcionamento da escola pública quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às suas ações e atos e possibilitar à comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, idéias e sonhos, num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar. (SILVA, 2013, p. 61).

A proposta em si tem como finalidade o envolvimento de toda a comunidade no espaço escolar, tornando ela uma aliada no processo de aprendizagem dos alunos nas mais diversas áreas, formando um cidadão na sua integralidade, baseado no envolvimento e na construção coletiva.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no artigo 14 traz alguns princípios que darão um direcionamento a essa reorganização da gestão escolar, como por exemplo, a “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes” (BRASIL, 1996).

Pode-se assim destacar que o modo como algumas escolas são organizadas, sofrerá adequações na sua concepção e no seu funcionamento. Na busca de uma sociedade mais ativa nas tomadas de decisões como uma sociedade que se posicione e construa coletivamente, o Plano Nacional da Educação tem como perspectiva tornar o espaço escolar em um ambiente que possibilite a formação de cidadãos mais consciente de seu papel dentro da sociedade.

Para que ocorra a reorganização no que tange a gestão escolar o Plano Nacional estabelece algumas metas para a sua concretização e delineamento. Nesse mesmo viés a meta 19 do Plano Nacional da Educação, estabelece 8 estratégias que poderão ser utilizadas como procedimentos para a efetivação desse objetivo.

As estratégias trazem um olhar mais transparente a todo o processo de tomadas de decisões, para a parte administrativa, para a integração da escola e comunidade e objetiva a melhoria da qualidade da educação.

E sobre a participação da comunidade nesse processo podemos ressaltar o que a meta 6 estabelece no Plano Nacional de Educação,

Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares. (BRASIL, 2014).

O ponto mais importante que é tratado em todas as metas do Plano Nacional da Educação no que visa a gestão é a respeito da participação e do envolvimento mais ativo por parte não somente dos que estão diretamente ligados a escola, mas aqueles que estão relacionados com ela indiretamente, a família e a comunidade.

Contudo não somente no que diz respeito à participação uma das metas é o fortalecimento daqueles que já estão na ativa nesse processo, por exemplo, grêmios estudantis.

E se tratando do fortalecimento vemos nas metas 4 e 5:

Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo. (BRASIL, 2014).

Assim, para se obter essa cultura no seio da escola, se faz necessário várias rupturas com algumas práticas e conceitos antigos de gestão, como também a abertura para uma nova realidade que se apresenta como proposta a mudança e transformação.

Essas mudanças não ficam somente presas a questões de funcionamento e nem tão pouco a questões burocráticas, mas vão muito além, pois envolve toda a questão de operacionalização que gira em torno do dia a dia de uma escola, primando sempre por uma educação de qualidade. De acordo com o Plano Nacional da Educação,

Assim, a gestão democrática, entendida como espaço de construção coletiva e deliberação, deve ser assumida como dinâmica que favorece a melhoria da qualidade da educação e de aprimoramento das políticas educacionais, como políticas de Estado, articuladas com as diretrizes nacionais em todos os níveis, etapas e modalidades da educação. (BRASIL, 2014, p.59).

Deste modo, a nova forma de organizar a gestão de uma escola seguindo os princípios da gestão democrática tem como resultado uma construção contínua e coletiva visando sempre o aperfeiçoamento e a qualificação de todos aqueles que estão inseridos de todas as formas possíveis nesse ambiente educativo.

4 ASSOCIAÇÕES ESCOLARES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

A busca em descrever como ocorrem os movimentos de diálogo e influência entre as associações colegiadas e os gestores escolares no momento de construção coletiva da escola que visa a promoção de uma gestão democrática participativa, que é o objetivo geral desse trabalho, passa primeiramente em buscar trabalhos que tratam dos seguintes descritores: Gestão Democrática, Conselho Escolar, APMF e Grêmios Estudantis.

Conselho Escolar

No descritor Conselho Escolar, foram utilizados os dois portais de pesquisa, tanto da CAPES quanto do Google Acadêmico, porém só foram selecionados os trabalhos encontrados no portal da CAPES em virtude do critério estabelecido, que era a relação

entre o descritor com o termo gestão escolar democrática e no total foi possível elencar 8 trabalhos.

Quadro 2: Artigos sobre Conselhos Escolares.

Título	Autor(es)	Palavras-chave	Objetivo de pesquisa.
Por um conselho escolar efetivamente democrático: uma proposta concreta. (2015).	Márden Pádua Ribeiro; Talita Renata Belintani Oliveira	Conselho escolar; Participação; Gestão democrática; Cidadania; Proposta.	Formular uma proposta concreta de estruturação e materialização de um Conselho Escolar efetivamente democrático, no âmbito da gestão escolar pública democrática.
Conselho escolar: visão estratégica na gestão escolar para a melhoria do Ensino Médio. (2018)	Josaphat Soares Neto; Raphael Alves Feitosa	Gestão Escolar, Conselhos Escolares, Ensino Médio.	Refletir sobre a função e participação do Conselho Escolar na gestão democrática da escola, na melhoria da qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem.
Descentralização administrativa e práticas de gestão participativa: o conselho escolar em análise. (2011).	Sueli Menezes Pereira	Estado neoliberal; Descentralização; Conselho Escolar; Democracia.	Relacionar a descentralização político-administrativa hoje posta pelo capitalismo e suas consequências para as políticas educacionais.
A participação e a gestão democrática no programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares. (2015).	Aline C. A. Moraes; Maria José Ferreira Ruiz	Conselho Escolar; Gestão Democrática; Participação.	Analisar a concepção de participação e de gestão democrática disseminada por meio do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE) e discutir a relevância do fortalecimento do referido conselho.
Conselhos escolares e participação: a perspectiva de técnicos de secretarias municipais de educação do estado de São Paulo.(2013).	Maria Cecília Luiz; Juliana Carolina Barcell	Conselho escolar; Gestão democrática; Participação; políticas municipais de educação.	Analisar as ações dos Conselhos Escolares, no âmbito de um colegiado importante, sob a perspectiva da gestão democrática, uma vez que sua composição apresenta diferentes segmentos, em regime de paridade, das comunidades escolar e local.
A formação de uma cultura democrática na gestão da escola pública: analisando o discurso dos conselheiros escolares. (2012).	Luciana Rosa Marques	Gestão escolar. Democracia. Cultura. Conselho escolar.	Discutir a formação de uma cultura democrática escolar a partir da análise do discurso dos membros do Conselho Escolar de três escolas públicas pernambucanas.
A cultura democrática na gestão da escola pública: um estudo da análise do discurso dos conselheiros escolares. (2011)	Luciana Rosa Marques	Gestão Escolar; Democracia; Cultura; Conselho Escolar.	Discutir a formação de uma cultura democrática escolar a partir da análise do discurso dos membros do Conselho Escolar de três escolas públicas pernambucanas.
Gestão escolar e conselho de escola, que relação é esta? Um estudo em busca de novas formas de cooperação entre escola-comunidade na Região de Sorocaba – SP. (2015)	Dulcinéia de Fátima Ferreira; Kelen Christina Leite; Maria Carla Corrochano	Gestão escolar Conselho de escola. Cooperação escola-comunidade.	Analisar as experiências de participação da comunidade na escola a partir dos conselhos de escola na região de Sorocaba – SP.

Fonte: adaptado pelo autor, 2019.

O termo gestão democrática surgiu no Brasil após a promulgação da Constituição Federal do ano de 1988, posteriormente, por meio da LDBEN n.º 9.394/96, foram estabelecidas as normativas para a gestão democrática com ênfase no exercício democrático no contexto escolar. Neste cenário surgiram os órgãos de representação de cada segmento da sociedade que participa de forma direta e/ou indireta da escola.

O Conselho escolar é, portanto, um fruto desse movimento, que com o intuito de promover uma escola mais democrática, ela abre espaço para a participação da sociedade no espaço da gestão e administração escolar.

Na análise das pesquisas selecionadas, foi possível evidenciar o grau de representatividade que o conselho escolar tem junto a escola. Esse é um órgão que além de fiscalizar as ações tomadas pela escola ela é coadjuvante nas ações que a escola toma, sejam essas de ordem financeira e até pedagógicas.

De acordo com o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, as competências dos conselhos escolares se apresentam como:

- a) Deliberativas: quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo e financeiro.
- b) Consultivas: quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.
- c) Fiscais (acompanhamento e avaliação): quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.
- d) Mobilizadoras: quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação. (BRASIL, 2004, p.41).

A sua influência dentro do espaço escolar se vale por essa ser uma associação que representa e defende os interesses da comunidade nas decisões relacionadas à gestão da escola, criando uma cultura de envolvimento e estabelecendo a gestão democrática participativa.

Contudo, ainda é possível encontrar muitos obstáculos para a efetivação dessa gestão democrática no que tange a democratização da participação por parte dos gestores escolares. A comunidade escolar é vista e tratada com menor importância e dificultando assim a sua participação efetiva por uma escola de qualidade.

Entretanto, para reverter esse quadro é necessário um fortalecimento dos conselhos escolares primando inicialmente pela conscientização por parte da comunidade sobre o seu papel político junto a escola e uma compreensão sobre o seu papel social pela garantia de direitos e da democracia em si.

Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF).

Na procura por trabalhos acadêmicos que tratam sobre as Associações de Pais, Mestres e Funcionários foi o utilizado as duas plataformas, contudo no portal da CAPES não foi possível encontrar pesquisas que tratavam sobre a APMF de forma com que fosse possível atender as prerrogativas desta pesquisa. Nesse sentido, foi utilizado o portal do Google Acadêmico para a seleção dos trabalhos, tendo período estendido, que contemplasse os anos de 2006 a 2017, em virtude do pouquíssimo material encontrado. Ao final, foi possível encontrar duas publicações que atendiam a proposta inicial do trabalho.

Quadro 3: Associação de Pais e Mestres e Funcionários (APMF).

Título	Autor(es)	Palavras-chave	Objetivo de pesquisa.
A comunidade na escola: limites e possibilidades para a participação dos pais no conselho de escola e na associação de pais e mestres. (2006).	Lucia Miekol Matsui	Educação participação dos pais conselho de escola associação de pais e mestres	Este trabalho de pesquisa buscou compreender a participação dos pais no Conselho de Escola e na Associação de Pais e Mestres. O objetivo do estudo foi entender a participação dos pais e identificar as causas que determinou sua pequena participação nos principais canais formais de participação na escola.
A relação entre família e escola. (2014).	Patrícia de Souza e Silva	Escola. Família. Gestão Democrática. Participação.	O presente trabalho teve por objetivo geral refletir sobre a interação entre família e escola em um contexto de Gestão Democrática, dando enfase nas Associações de Pais e Mestres, que são instituições essenciais de representação em nossa sociedade.

Fonte: adaptado pelo autor, 2019.

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários é um órgão colegiado que também teve sua origem com o movimento por uma escola mais democrática e que se define pela participação de outros segmentos na gestão escolar. De acordo com Klenk; Matheussi; Ens (2006, p.2982) a APMF tem as seguintes finalidades:

Discutir, no seu âmbito de ações de assistência ao educando, aprimoramento do ensino e integração família – escola – comunidade, enviando sugestões em consonância com proposta pedagógica para apreciação do Conselho Escolar equipe - pedagógico – administrativa; - prestar assistência aos educandos, professores e funcionários, assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar, consonância com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; - buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto

escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa comunidade; - promover o entrosamento entre pais, alunos, professores e funcionários e toda a comunidade, através de atividades socioeducativas, culturais e desportivas, ouvindo o Conselho Escolar; - representar os reais interesses da comunidade escolar contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade de ensino, visando uma escola pública, gratuita e universal; - gerar e administrar os recursos financeiros próprios e os que lhes forem repassados através de convênios, de acordo com as prioridades estabelecidas em reunião conjunta com o Conselho Escolar, com registro em livro ata; - colaborar com a manutenção e conservação do prédio escolar e suas instalações, conscientizando sempre a comunidade sobre a importância desta ação. (KLENK; MATHEUSSI; ENS, 2006, p.2982).

Esta associação envolve a participação de pais até mesmo representantes dos funcionários em questões decisórias possuindo a mesma ênfase do conselho escolar, a promoção de uma escola de qualidade e essencialmente democrática. A existência de uma APMF ativa, trás consigo uma amplitude de visões e a contribuição enriquecida por parte de seus participantes, em decorrência das diversas experiências.

Para que haja uma participação efetiva e que traga contribuições que sejam eficazes ao processo de administração escolar, há necessidade da promoção de ações por parte dos gestores escolares, que orientem e conseqüentemente conscientizem os pais sobre as suas responsabilidades no processo de organização escolar.

É preciso que haja uma conscientização dos pais no que diz respeito aos direitos e deveres de sua participação nos Conselhos de Escola e nas Associações de Pais e Mestres. Além disso também é preciso que os pais, representantes da comunidade como membros nestes colegiados, tenham o direito de opinar na organização da escola juntamente aos gestores (diretor, vice-diretor e coordenador). Para isso eles devem conhecer as diretrizes e normas do sistema. Então a escola deve propiciar reflexões sobre o que é democracia, autonomia e projeto político pedagógico, sempre com a intenção de informar os pais de alunos para que eles possam, de fato, opinarem na elaboração dos projetos e organizações anuais da escola. (MATSUI, 2006, p. 11).

No entanto a participação dos pais no interior da escola ainda é um desafio, pois a contribuição nos assuntos decisórios da escola é mínima, necessitando assim por parte da gestão escolar, medidas que venham a potencializar o nível de envolvimento e partilha.

Portanto, pensar a participação dos pais no interior das escolas públicas é algo que chama-nos a atenção nos dias atuais, para avançarmos além dos muros escolares quando mencionamos a democratização do ensino. Urge pensar ações efetivas, como a legislação trabalhista, por exemplo, que garantam direitos a participar em reuniões da escola dos filhos, que assegurem os direitos de acompanhar a vida escolar dos filhos. (OLIVEIRA; ARTIGAS, 2017, p.5).

Ações como reuniões bimestrais, fóruns e debates são mecanismos que podem ser utilizados como estratégias de envolvimento da comunidade na escola. Momentos que demonstrem na prática a transparência e a troca de saberes e experiências entre escola e comunidade possibilitam a promoção de uma escola democrática e participativa.

GRÊMIO ESTUDANTIL

No descritor Grêmios Estudantis, foram utilizados os dois bancos de dados, contudo na plataforma da Capes e não encontramos trabalhos que viessem a contribuir na linha de pesquisa aqui definida. No entanto, foram selecionados 3 trabalhos encontrados no Google Acadêmico, pois eles atendiam a proposta estabelecida, que era a relação entre a associação, que nesse caso era grêmios estudantis e a gestão democrática. Pode-se observar ao longo das pesquisas, que o termo Grêmios Estudantis necessita de estudos, quando este é relacionado ao termo, gestão democrática e a participação dos estudantes nos processos decisórios e pedagógicos.

O período escolhido para a pesquisa do termo Grêmios Estudantis corresponde aos anos de 2010 a 2019.

Quadro 4: Artigos sobre Grêmios Estudantis.

Título	Autor(es)	Palavras-chave	Objetivo de pesquisa.
O grêmios estudantis na gestão escolar: uma possibilidade de participação política da juventude. (2015).	Marcele Bald	Gestão Democrática. Protagonismo Juvenil. Grêmios Estudantis. Pesquisa-ação.	Esclarecer à comunidade escolar o papel e as atribuições do grêmios estudantis, oportunizando a participação dos estudantes na gestão democrática da escola.
O grêmios estudantis e a gestão democrática: um estudo de caso no município de Messias-Alagoas. (2019).	Alex Vieira da Silva; Vinícius André da Silva Santos	Gestão Democrática. Grêmios Estudantis. Participação.	Apresentar a concepção de gestores escolares e integrantes do grêmios estudantis em um contexto de Gestão Democrática, fazendo valer assim a importância e os trabalhos desenvolvidos na Escola Estadual Judith Nascimento da Silva, no município de Messias, estado de Alagoas.
O Grêmios Estudantis na Gestão da Escola Democrática: Protagonismo e Resiliência ou Despolitização das Práticas Formativas? (2010).	Marcilene Rosa; Leandro Moura	Protagonismo Juvenil. Resiliência. Grêmios Estudantis. Reformas Educacionais. Formação do Indivíduo. Escola.	

Fonte: adaptado pelo autor, 2019.

O Grêmios Estudantis é uma entidade que existe no Brasil anteriormente ao período da ditadura militar. Sua existência no período militar teve vários obstáculos devido às intensas torturas e mortes ocorridas nesse período, o que ocasionou, segundo (Bald, 2015), o enfraquecimento do movimento estudantis nos anos de 1970.

Foi com o processo de redemocratização e como a aprovação da Lei Federal 7.398/85, que os Grêmios Estudantis começam novamente a se organizar a recuperar direitos de representação e organização no espaço escolar. De acordo com a referida lei:

Art. 1.º Aos estudantes dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus² fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais. (BRASIL, 1985).

Conseqüentemente, na garantia de direitos é possível encontrar avanços no que se refere à participação estudantil na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional da Educação. Esses são os principais documentos que dão base legal para a existência e fortalecimento das agremiações.

Contudo, nas pesquisas realizadas a respeito do envolvimento dos grêmios com a gestão escolar foi notório perceber que existe uma lacuna quando se trata da gestão democrática, a participação dos estudantes e sua efetivação nas resoluções de conflitos do cotidiano escolar.

É preciso, entretanto, uma conscientização por parte dos alunos como também da gestão escolar sobre a relevância da atuação estudantil no contexto e na organização da escola, haja vista que os alunos representam a maioria nesse espaço.

Para que, como afirmam Silva e Santos (2019), venha existir um entendimento dessa articulação de estudantes e organização dos processos educativos, ficando a cargo da gestão escolar ressignificar a força destes indivíduos para uma formação integral voltada a cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão escolar democrática é um processo organizacional que envolve e transforma toda a cultura escolar. Esse processo, no entanto, não acontece da noite para o dia, ela advém das relações que a escola estabelece com a comunidade, nesse envolvimento de trocas e de construção de uma educação de qualidade para todos.

O termo Gestão Democrática aparece desde o período da redemocratização brasileira, quando na Constituição Federativa do Brasil de 1988, é apresentado alguns princípios que orientam a organização escolar, tendo como objetivo central a promoção de um ambiente democrático.

Contudo, a forma como certas escolas públicas estão organizadas atualmente tendem a dificultar a promoção de um espaço democrático no âmbito da gestão.

Organizações centradas na figura do diretor provocam uma cultura hierarquizada e burocrática. Essa visão administrativa adotada por algumas escolas coloca obstáculos no envolvimento da comunidade nos processos decisórios, visto que nessa forma de organização a última palavra fica nas mãos do diretor da escola.

Entretanto, gestão democrática só acontece com a comunidade e com a participação de todos, não se restringindo a períodos eleitorais, mas em questões que permeiam o dia a dia de uma escola. Essa participação, no entanto, ainda é outro ponto que necessita de atenção visto que ela é mínima em número de pessoas e relevância no que tange a escolhas.

Por intermédio das pesquisas realizadas nos portais da CAPES e do Google Acadêmico, foi possível observar que o envolvimento da comunidade nos processos administrativos possibilita avanços em questões pedagógicas e o resultado desse avanço é fruto do envolvimento e da participação da comunidade no espaço escolar.

Não basta abrir oportunidades de participação à comunidade e aos outros órgãos de representação em processos decisórios quando estes não conhecem o cotidiano de uma escola. É necessária uma orientação inicial aos órgãos representativos sobre a sua função e sobre sua possível participação para que assim todos possam fazer contribuições eficazes.

O movimento de diálogo e sua influência entre escola e comunidade só será estabelecido por uma relação de partilha onde a importância de todos é valorizada e com a mesma importância.

Esse movimento é construído ao longo das ações que a escola vai realizando e sua importância aparece quando esse trabalho desenvolvido transforma e possibilita a promoção de um espaço mais democrático e inclusivo.

Enfim, a ruptura de uma escola antidemocrática, se dará por meio do envolvimento direto de toda a comunidade e se efetivará com a participação dos alunos, dos pais, funcionários e professores, pois somente fortalecendo as associações representativas sobre os sistemas ditatórias é que teremos uma escola democrática e de todos na sua concepção e prática.

REFERÊNCIAS

BALD, M. **O grêmio estudantil na gestão escolar**: uma possibilidade de participação política da juventude. Lume Repositório Digital, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151660> Acesso: 03 jun. 2019.

BRASIL. **Lei do Grêmio livre**. Lei nº 7.398 de 4 de novembro de 1985. Brasília, DF: Senado, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17398.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.398%2C%20DE%204%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201985.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20de,graus%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 04 jun. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 04 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº9.394/96. Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 05 jun. 2019

BRASIL. **Observatório Nacional do Plano Nacional da Educação**. Brasília, 2014a. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/19-gestao-democratica> Acesso em: 06 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação**. Brasília, 2014b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em: 03 jun 2019.

Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania. In: **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília – DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, nov. 2004.

FERREIRA, D. de F.; LEITE, K. C.; CORROCHANO, M. C. Gestão escolar e conselho de escola, que relação é esta? Um estudo em busca de novas formas de cooperação entre escola-comunidade na Região de Sorocaba – SP. **Eccos Revista Científica**, n. 38, set-dez, 2015, Universidade Nove de Julho São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71545304012.pdf> Acesso em: 15 out. 2019.

KLENK, H.; MATHEUSSI, E. M.; ENS, R. T. **A APMF como Princípio de Gestão Democrática e de Integração Família/Escola**. 2006. In: VI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE - PUCPR - PRAXIS, 2006, Curitiba. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2006. v. 1. p. 2980-2989.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

LUIZ, M. C.; BARCELL, J. C. **Conselhos escolares e participação: a perspectiva de técnicos de secretarias municipais de educação do estado de São Paulo**. São Paulo,

2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/viewFile/9342/6194>
Acesso em: 15 out. 2019.

MARQUES, L. R. A formação de uma cultura democrática na gestão da escola pública: analisando o discurso dos conselheiros escolares. **Educ. Soc.** [online]. 2012, vol.33, n.121, pp.1175-1194. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/jVtXZbnx6phxFBB7ODXwhNv/abstract/?lang=pt> Acesso em: 15 out. 2019.

MARQUES, L. R. A cultura democrática na gestão da escola pública: um estudo da análise do discurso dos conselheiros escolares. **Revista Portuguesa De Educação.** 2011, vol. 24, n. 1, p. 073-093. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/3041>
Acesso em: 15 out. 2019.

MATSUI, L. M. **A comunidade na escola:** limites e possibilidades para a participação dos pais no conselho de escola e na associação de pais e mestres.. 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2006.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - **Programa nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares:** conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública/ elaboração Genuíno Bordignon. – Brasília: MEC, SEB, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

MOURA, M. R. L. O Grêmio Estudantil na Gestão da Escola Democrática: Protagonismo e Resiliência ou Despolitização das Práticas Formativas?. **Revista de Ciências da educação** - UNISAL - Americana/SP - Ano XII - Nº 23 - 2º Semestre/2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/345427248> O Gremio Estudantil na Gestao da Escola Democratica Protagonismo e Resiliencia ou Despolitizacao das Praticas Formativas Acesso em: 15 out. 2019.

MORAES, A. C. A., RUIZ, M. J. F. A participação e a gestão democrática no programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares. **Revista online de Política e Gestão Educacional.** n. 19 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9384> Acesso em: 15 out. 2019.

NETO, J. S.; FEITOSA, R. A. Conselho escolar: visão estratégica na gestão escolar para a melhoria do Ensino Médio. **Revista Thema** v. 15, n. 1 2018. Disponível em: <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/459>. Acesso em: 15 out. 2019.

PEREIRA, S. M. Descentralização Administrativa e Práticas de Gestão Participativa: o Conselho Escolar em análise. **Revista Meta Avaliação.** v. 3, n. 8 2011. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/107>. Acesso em: 15 out. 2019.

RIBEIRO, M. P., OLIVEIRA, T. R. B. Por um conselho escolar efetivamente democrático: uma proposta concreta. **Revista online de Política e Gestão Educacional.**

v. 22, n. 2, maio/ago 2018. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10864>. Acesso em 15 out. 2019.

SILVA, M. A. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico. *In: Cadernos Cedes: arte & manhas dos projetos políticos e pedagógicos*. Campinas: Unicamp. v. 23, n. 61. dez. 2003.

SILVA, P. de S. **A relação entre família e escola**. 2014. Vi, 42f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

SILVA, A. V. da; SANTOS, V. A. da S. O Grêmio Estudantil e a Gestão Democrática: um estudo de caso no Município de Messias-Alagoas. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 13, n. 16. Maio de 2019.

OLIVEIRA, G. L. P. de; ARTIGAS, N. **Associação de pais mestres e funcionários: conhecimento e participação nos processos decisórios do cotidiano escolar**. In: XIII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE – PUCPR, 2017, Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2006. v. 1. p. 8015 - 8030.
Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24334_12191.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.